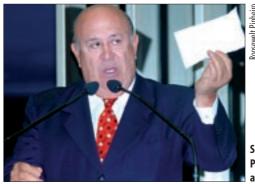
NAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII - Nº 2.460 - Brasília, quarta-feira, 20 de setembro de 2006



A CPI dos Sanguessugas reunida: ofícios em busca de informações sobre venda de dossiê



Suassuna discursa no Plenário e diz estar com onsciência tranqüila



lefferson Péres afirma que vai analisar explicações dadas ontem por Suassuna

Jefferson apresenta hoje parecer sobre Suassuna

Relator do processo sobre as denúncias que envolvem o senador Ney Suassuna com a máfia das ambulâncias, Jefferson Péres apresenta hoje seu parecer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ontem, Suassuna deu sua versão sobre declarações feitas por sua ex-chefe de gabinete Mônica Mucury Teixeira à Corregedoria do Senado. Em discurso no Plenário, o

Vedoin – acusado de comandar a máfia das ambulâncias - e pessoas ligadas ao PT. Página 2

senador pela Paraíba disse estar com a consciência tranquila e ter a convicção de que se fará justiça em seu caso. Em ofícios à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Justiça Federal, a CPI dos Sanguessugas solicitou informações e documentos relativos à suposta negociação de dossiê entre o empresário Luiz Antônio

Senadores repudiam compra de dossiê

Oposição aponta envolvimento de Lula no caso; Saturnino e Sibá isentam de responsabilidade o presidente da República



Maioria no Plenário oposicionistas criticaram episódios da suposta compra de documentos por petistas e grampos em telefones do **Tribunal Superior Eleitoral**

s debates em Plenário foram marcados ontem por duros discursos de senadores da oposição condenando suposto envolvimento do PT e do Palácio do Planalto no episódio da compra de dossiê contra candidatos do PSDB. Arthur Virgílio, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Leonel Pavan e

Almeida Lima apontaram ameaças de crise institucional, com riscos à democracia, e cobraram providências e esclarecimentos do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A defesa de Lula e do governo foi feita por Roberto Saturnino e Sibá Machado. Saturnino garantiu que "tudo será apurado", enquanto Sibá considerou precipitadas as conclusões da oposição. Páginas 3 e 4



Relator submete ao exame do colegiado parecer sobre processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna, que se diz inocente e vítima de perseguição

Jefferson apresenta hoje seu relatório ao Conselho de Ética

Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, apresenta hoje seu parecer. Ontem, ele recebeu a defesa de Suassuna em relação às informações prestadas por sua ex-chefe de gabinete Mônica Mucury Teixeira de que falsificava a assinatura do parlamentar com seu consentimento.

As informações de Mônica constam da documentação que a Corregedoria do Senado enviou ao conselho. Jefferson disse que examinaria as considerações de Suassuna e que manteria a apresentação do relatório.



Jefferson Péres destaca esforco para chegar a uma conclusão isenta

O relator admitiu que a contestação de Suassuna pode ser satisfatória ou mesmo neutralizar o depoimento de Mônica, mas lembrou que os documentos agravam a situação do senador.

 Já estou nas considerações finais do relatório e até posso mudá-lo. A parte técnica está sendo feita pela minha assessoria, mas a parte conclusiva, que é o voto final, será redigido por meu próprio punho – observou.

Jefferson afirmou ter buscado trabalhar sem predisposição pela condenação ou pela absolvição do senador. Ele ressaltou que procurou agir como um magistrado, o que lhe exigiu grande esforço mental, pois, conforme explicou, "o político é, por definição, uma pessoa engajada, que tem dificuldade de agir com isenção".



Suassuna se diz vítima de perseguição da imprensa e "espancado por suspeição"

ao analisar acusações feitas por pessoas que estejam sob investigação da Justiça e ao julgar os parlamentares denunciados. A advertência foi feita em alusão às denúncias apresentadas pelo sócio-proprietário da Planam, o empresário Luiz Antônio Vedoin. em troca do benefício da delação premiada.

CPI requisita documentos sobre suposto dossiê contra tucanos

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse ontem que requisitou – por meio de ofícios à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Justiça Federal – informações e documentos a respeito da suposta negociação de dossiê entre o empresário Luiz Antônio Vedoin e pessoas ligadas ao PT. Esse é o primeiro passo da CPI no sentido de incorporar ao campo de investigações as atuações de ex-ministros da Saúde e o crime eleitoral que teria sido planejado com a utilização de informações relativas à máfia das ambulâncias.

- Vamos examinar o conteúdo do dossiê e a negociação escabrosa que estava sendo realizada e poderemos convocar qualquer um que entendamos ser relevante para esclarecer o caso – afirmou Biscaia, depois de se reunir com

o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), vice-presidente da comissão, e dois sub-relatores. Fernando Gabeira (PV-RJ) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), além do senador Sibá Machado (PT-AC).

Ainda ontem, Jungmann apresentou requerimento propondo a convocação de todos os envolvidos no episódio: Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso; o advogado e ex-policial federal Gedimar Pereira Passos; o empresário Luiz Antônio Vedoin; e o tio deste, Paulo Trevisan todos presos. Do requerimento, constam também os nomes de Freud Godoy, ex-assessor especial da Presidência da República, e de Abel Pereira.

Biscaia, Jungmann e Gabeira mostraram-se otimistas quanto à aprovação dos requerimentos, na próxima reunião da CPI, marcada para 4 de outubro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereco www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje do Plenário do Senado, às 14h, será não-deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias, sendo destinada a pronunciamentos e a comunicados da Mesa. Os parlamentares retomam as votações no dia 3 de outubro com a pauta trancada por medidas provisórias que chegaram da Câmara dos Deputados.

Parecer será lido em reunião às 10h

Jefferson Péres (PDT-AM) apresenta ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, às 10h, parecer sobre processo contra Ney Suassuna (PMDB-PB). Às 12h, o colegiado colhe depoimentos de ex-proprietários da van que teria sido emprestada a Magno Malta (PL-ES) e, às 15h, ouve pessoas ligadas às denúncias contra a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Suassuna reafirma inocência e confia que será tratado com justiça

Às vésperas de o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar apreciar o relatório sobre o processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna, o peemedebista disse estar com a consciência tranquila e a convicção de que a justiça será feita. Em pronunciamento ontem, Suassuna afirmou estar sendo vítima de perseguição da imprensa, sustentando que, até o momento, pesam apenas suspeitas contra ele.

Enquanto estaria sendo "espancado por suspeição", o parlamentar reclamou do fato de os meios de comunicação desconsiderarem denúncias contra seu principal adversário na Paraíba, o ex-prefeito

de João Pessoa Cícero Lucena. Segundo revelou ontem em Plenário, contas da prefeitura de João Pessoa auditadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e julgadas pela Justiça Federal, evidenciariam a participação do ex-prefeito em desvio de mais de R\$ 66 milhões.

- Tenho sido espancado por suspeição, mas meu antagônico já foi julgado pela Justiça Federal desabafou.

Cautela

Na opinião dos senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Roberto Saturnino (PT-RJ), o Senado deve ter cuidado redobrado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros 1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais 2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20° andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Mesquita Júnior, João Alberto Souza, Leonel Pavan e Roberto Cavalcanti

Oposição repele dossiê contra candidatos tucanos

caso do suposto dossiê contra os candidatos tucanos José Serra e Geraldo Alckmin, que seria vendido a integrantes do PT por membro da família Vedoin, dominou o debate da sessão de ontem do Plenário, que durou cerca de cinco horas. Senadores da oposição fizeram acusações ao presidente Lula e ao PT, e

exigiram uma rápida investigação sobre a origem do dinheiro que deveria ser utilizado na compra dos documentos. Jorge Bornhausen disse que a "tentativa de mudar o resultado eleitoral não vai dar certo" e previu segundo turno para presidente da República. Nos vários pronunciamentos, senadores oposicionistas consideraram grave a suspeita de que o presidente do PT, Ricardo Berzoini, saberia da existência do dossiê; alertaram para o risco de uma crise institucional; criticaram a ligação do presidente com um ex-segurança; repudiaram o grampo em telefones de ministros do TSE; e protestaram contra tentativa de envolvimento de Serra no caso das ambulâncias.

Jorge Bornhausen

Geraldo Magala

Heráclito Fortes

Antonio Carlos



Arthur Virgílio



Almeida Lima



Sérgio Guerra



Sociedade vai responder com segundo turno

Ao lamentar a tentativa de venda de suposto dossiê contra os candidatos do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, e ao governo de São Paulo, José Serra, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) observou que o fato se deu apesar dos rigores advindos do aperfeiçoamento da legislação eleitoral, a partir de projeto de sua autoria.

-Essa tentativa de mudar o resultado eleitoral não dará certo. A sociedade está indignada e vai responder, vamos ter segundo turno, sim. Queremos um debate entre o nosso candidato e o presidente que patrocinou o valerioduto, o mensalão e, agora, a Operação Vedoin, para tentar liquidar a candidatura Geraldo Alckmin/José Serra.

Bornhausen informou que a coligação PSDB-PFL entrou com um processo de investigação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) direcionado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, além de Valdebran Padilha e Gedimar Pereira dos Passos. ambos presos com R\$ 1,7 milhão pela Polícia Federal; e Freud Godoy, apontado por Gedimar como quem autorizou a operação.

Apelo para que seja divulgado o vídeo da prisão

Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a divulgação em fotografia ou vídeo do dinheiro que seria usado para a compra de suposto dossiê contra José Serra. Na sua opinião, o "republicano ministro de Lula" deveria ordenar não só a divulgação do vídeo do ato de prisão do militante do PT Freud Godoy, como também do dinheiro. O senador considerou grave a suspeita de que o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini, sabia do dossiê.

O parlamentar leu nota divulgada pela revista Época em que revela ter sido procurada por Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho, e Jorge Lorenzetti, integrante do comitê de reeleição de Lula, em 6 de setembro. Eles teriam oferecido a apresentação de documentos contra o candidato do PSDB ao governo paulista. Segundo a nota, Bargas teria desistido da apresentação dos documentos, cujo conteúdo seria semelhante ao da matéria publicada pela revista IstoÉ no último fim de semana.

Heráclito Fortes acusou, também, o presidente Lula de negligência quanto ao controle das refinarias da Petrobras na Bolívia.

Crítica à ligação entre presidente e ex-segurança

Ao ler na tribuna manchetes de diversos jornais de ontem, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou a ligação do presidente Lula com o seu ex-assessor pessoal Freud Godoy. Ele foi apontado pelo ex-segurança da Presidência Gedimar Pereira Passos como o responsável pela suposta tentativa de compra de um dossiê por parte do PT contra o candidato do PSDB ao governo paulista, José Serra.

 O presidente Lula se acostumou a andar com ladrão e não vai deixar isso nunca – disse o senador, mostrando uma foto de jornal, na qual Lula e Freud Godoy caminham juntos pela Granja do Torto.

Antonio Carlos pediu ao ministro da Justiça que tome providências para que a Polícia Federal identifique com urgência de onde veio o dinheiro para compra do suposto dossiê.

- O Freud está sendo muito bem tratado pelo meu amigo Márcio Thomaz Bastos, que é homem de bem. Criminalista, o ministro deve ver logo pela cara de Freud que ele é ladrão, mas a Polícia Federal diz que não sabe de onde veio o dinheiro. Ministro, entregue o caso a qualquer bom delegado que ele esclarece em 24 horas.

Alerta para o risco de crise institucional

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sustentou que "a democracia no país está em jogo" e alertou que "há no horizonte uma crise institucional". Ele apontou como provas o uso, por assessores do presidente Lula, de dinheiro "provavelmente roubado" para compra de dossiês contra adversários e o "grampo" de telefones de três ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

- Reeleger Lula será um salto no escuro. Não diga depois o Brasil que não alertamos com toda antecedência. Reeleger Lula equivale a avalizar a imoralidade administrativa, a corrupção, o mensalismo, o vampirismo, o golpismo, a incompetência, a chantagem, a prepotência, o suborno. Significa processos e desgastes, ingovernabilidade, atribulações, crises e desfecho imprevisível.

Para Virgílio, não será possível Lula "dizer que não sabia", pois, observou, uma das pessoas no caso do dossiê o acompanha desde os tempos de sindicato e merece tanta confiança do presidente que cuidava de sua segurança e da de sua esposa. Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou "ter certeza" de que o R\$ 1,7 milhão "foi roubado do governo".

Episódios que ameaçam a soberania

Almeida Lima (PMDB-SE) disse estranhar o clima de tranquilidade no país após a divulgação de recentes fatos e denúncias pela imprensa que afrontariam instituições e a soberania nacional. O parlamentar se referia, durante discurso em Plenário, à eventual retomada do controle acionário de duas refinarias da Petrobras pelo governo boliviano, à suposta negociação de compra de um dossiê contra os candidatos do PSDB José Serra e Geraldo Alckmin por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), à descoberta de grampos em telefones de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à declaração em defesa do fechamento do Congresso atribuída ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

 Quando as instituições acordarem, já será tarde, pois poderemos estar diante de um golpe ou da generalização da desobediência civil – advertiu.

Almeida Lima apontou o alegado esvaziamento do Congresso Nacional como exemplo da inércia das instituições brasileiras diante desses episódios e sustentou que, se essa fosse a realidade em um país com instituições em perfeito vigor, a reação seria outra.

Ninguém tem autoridade para acusar o PSDB

Sérgio Guerra (PSDB-PE) protestou contra a suposta tentativa de envolver o candidato do seu partido ao governo de São Paulo, José Serra, com o escândalo das ambulâncias, por meio de um dossiê que teria sido encomendado pelo PT.

Para o senador, trata-se de uma estratégia com o objetivo claro de evitar a vitória de Serra no primeiro turno e impedir o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, de disputar o segundo turno com Lula.

Sérgio Guerra, que é coordenador da campanha de Alckmin, salientou que ninguém tem autoridade para acusar o partido de "práticas desleais".

Nosso candidato à Presidência é uma pessoa séria, responsável, competente, absolutamente íntegra – frisou, acrescentando que Alckmin tem muitos anos de vida pública e nenhuma acusação relevante sobre sua capacidade de gestão ou honestidade.

Sérgio Guerra observou que "há muita coisa estranha nisso tudo" e citou o comentário feito por um amigo, que disse acreditar estar havendo uma "tentativa de despiste", para desviar a atenção do presidente Lula.

Senadores petistas defendem inocência do presidente: Saturnino diz que está ansioso pela revelação das responsabilidades, e Sibá considera precipitado envolver Lula no episódio

Tudo será apurado e mostrado à nação, promete Saturnino

Após a revelação da tentativa de compra de um dossiê feito por Luiz Antônio Vedoin, sócio da empresa Planam, contra adversários políticos do governo, supostamente por integrantes do PT e um assessor do presidente Lula, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que a situação política se agravou, e que ele está "ansioso pelas revelações desse acontecimento".

 É uma idéia absurda pensar em comprar um dossiê de Vedoin.
Que credibilidade esse senhor pode ter? É uma estupidez astronômica, insuperável – disse.

Saturnino destacou que confia na isenção da Polícia Federal e



Saturnino considera uma "estupidez" atribuir credibilidade ao dono da Planam

que a instituição não precisa da ordem do presidente da República para cumprir sua função de investigar o caso do dossiê. - Tudo vai ser apurado e mostrado à nação, de um lado e de outro, envolva quem envolver. Eu não me confundo com pessoas que usam manobras de despistamento e tenho certeza de que o presidente Lula nunca o fará – acrescentou.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestou sua admiração por Saturnino.

 Hoje, só temos o senhor e o senador Sibá Machado [PT-AC] para responder pelo governo.

Pavan também assinalou que nenhum dos senadores da oposição fez críticas à Polícia Federal, mas sim ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Sibá suspeita de farsa e lembra ação de Lula diante do dossiê Cayman

Sibá Machado (PT-AC) afirmou ontem que são precipitadas, por parte da oposição, alusões ao presidente Lula como envolvido no episódio da suposta compra de dossiê contra seus adversários.

O senador considerou o fato lamentável, mas, conforme recordou, casos parecidos às vésperas de eleições podem ter configurado apenas farsas. "Na época do episódio do dossiê Cayman, da eleição de 1998, pessoas procuraram o PT para dizer que tinham um documento bombástico, que

iria ferir de morte a história de Mário Covas, de Fernando Henrique e de José Serra. Mas qual foi a atitude do presidente Lula naquele momento? Mandou jogar no lixo aquele papel por dois bons motivos: primeiro, por não passar por sua cabeça ganhar eleição daquela maneira; segundo, porque aquilo, se tivesse algum grau de verdade, teria que ir ao órgão diretamente responsável, a Polícia Federal."

Segundo Sibá, o dossiê de Luiz Vedoin não prosperaria como documento de valor jurídico.



Para Sibá, Lula não cairia no erro de aceitar documento sem valor jurídico

– Por que, na CPI dos Sanguessugas, ele não falou que tinha mais a apresentar, já que está incurso na delação premiada? Lula jamais iria cair nessa idéia de jerico – disse.

Ministra defende centros de atendimento à mulher

A titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, ministra Nilcéa Freire, defendeu a construção de novos centros de atendimento à mulher exposta a situações de violência, a exemplo das casas-abrigo e das delegacias especializadas.

A avaliação foi feita durante videoconferência que debateu a aplicabilidade da Lei 11.340/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, realizada ontem, no Interlegis, a Comunidade Virtual do Poder Legislativo. A lei foi batizada de Maria da

Penha Maia, mulher que, em 1983, ficou paraplégica após sofrer duas tentativas de homicídio pelo ex-marido.

Entre as modificações introduzidas pela lei, está a que determina que a vítima somente poderá renunciar à denúncia contra o agressor perante o juiz, e não mais diante do delegado. Sancionada pelo presidente Lula em 7 de agosto, a lei entrará em vigor no próximo dia 22.

Transmitido para diversas assembléias legislativas do país e coordenado pelo presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Leopoldo Portela Júnior, o debate também contou com a participação do secretário-adjunto de Segurança Pública do Ministério da Justiça (MJ), Robson Rubim, do secretário de Reforma Judiciária do MJ, Pier Paolo Cruz Bottini, e da socióloga Bárbara Soares.

A lei proíbe, em caso de violência doméstica, a adoção de penas pecuniárias como o pagamento de cestas básicas pelo agressor. Também garante à vítima assistência judiciária gratuita. Prevê ainda a criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Pavan protesta contra "mentiras deslavadas" de Ideli Salvatti

Leonel Pavan (PSDB-SC) denunciou ontem o que classificou como "mentiras deslavadas" ditas pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) na propaganda eleitoral veiculada em Santa Catarina. Segundo Pavan, Ideli o acusou de estar ausente de reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) ocorrida na semana retrasada, que decidiria pela liberação de R\$ 48 milhões destinados à conclusão das obras da BR-282.

A juíza do Tribunal Regional
Eleitoral Eliana Paggiarin Marinho, que suspendeu o trecho do programa eleitoral do PT após analisar as provas apresentadas, considerou que as afirmações feitas no programa estavam "distorcidas da realidade", ou seja, eram mentirosas – assinalou o parlamentar.

Pavan explicou que, no dia da reunião da CMO, apenas 17 integrantes estavam presentes e os plenários da Câmara e do Senado realizavam esforço concentrado para a votação de matérias. De acordo com o Regimento Interno, observou o senador, comissões não podem funcionar quando se realiza sessão deliberativa. Além disso, lembrou, no mesmo horário ele defendia a moção encaminhada pela Assembléia Legislativa em apoio aos produtores de maçã de Santa Catarina.

 Não preciso enumerar meus feitos, porque sou reconhecido pelos meus esforços em defesa



Juíza suspendeu trecho do programa eleitoral do PT, ressalta Leonel Pavan

dos interesses catarinenses, diferentemente da senadora Ideli Salvatti, que passou os últimos meses de sua legislatura tentando esconder trambiques e proteger mensaleiros de seu partido e aliados aqui na tribuna – disse o senador.

E acrescentou:

Não me faltou energia para exigir que recursos fossem liberados para as rodovias brasileiras. Meus discursos já estão até repetitivos, de tanto que pedi para que o negligente governo Lula liberasse verbas de forma a mostrar respeito por Santa Catarina.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) comentou que gostaria de fazer a defesa da senadora Ideli Salvatti, mas não tinha "a menor idéia do que aconteceu" no estado. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou que o que se espera de um líder partidário é compostura, "e não levar picuinhas" para a propaganda eleitoral.

Senado aprova pesar pela morte do bispo de Balsas

A pedido do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), o Plenário do Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte do bispo de Balsas (MA), dom Franco Masserdotti, no último domingo, atropelado por um carro quando andava de bicicleta. Serão enviadas condolências do Senado à diocese de Balsas e à família do bispo.

João Alberto ponderou que o religioso, italiano de nascimento, serviu por vários anos à região maranhense de Balsas, tendo passado por várias paróquias, até ser nomeado bispo pelo papa. Masserdotti também ocupava o cargo de presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Arthur Virgílio lamenta morte de Ozias Monteiro

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Ozias Monteiro, amazonense que ocupou cargos públicos importantes também em outros estados.

Ozias Monteiro, que exercia o cargo de secretário de Planejamento do estado do Amazonas, morreu de câncer em São Paulo no último dia 13.

Arthur Virgílio lembrou que o amazonense foi ainda superintendente da Zona Franca de Manaus, secretário de Finanças no Ceará e no Distrito Federal e presidiu o Banco do Estado do Piauí. Conforme o parlamentar, Ozias Monteiro ocupou ainda outros cargos na administração federal.